

Instituto Fazendo História

Desenvolvimento da Prática

I – identificação do problema, análise das principais causas, planos de melhorias e resultado esperado:

Conforme preconiza o ECA em seu artigo 34, § 1º, a inclusão da criança ou adolescente em serviços de acolhimento familiar (SAF) tem preferência a seu acolhimento institucional. No entanto, pesquisa do IPEA sobre a trajetória dos serviços de acolhimento no país entre 2010 e 2018 explicita que "embora tenha ensaiado, entre 2012 e 2014, uma expansão mais significativa, 333 SAFs alcançavam pouco mais de 1.392 acolhidos em 2018, o que equivale a cerca de 4% do total de acolhidos no período. A distribuição regional dos SAFs também seguia desigual, com mais de 80% da oferta nas regiões Sudeste e Sul" (Licio et al, 2021).

São diversos os entraves para a implementação prática do que estabelece a lei: a escassez de materiais, capacitação e profissionais experientes na área; o histórico de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e a falta de incentivos robustos para a quebra deste paradigma; a cultura da posse e a prevalência dos discursos de adoção e de família no modelo tradicional que dificultam a compreensão e a aposta nos cuidados alternativos e comunitários, entre outros.

O cenário internacional indica não só a tendência como a necessidade de mudanças para ampliação do acolhimento familiar. Em países como a Austrália e o Canadá, quase 100% das crianças e adolescentes afastados de suas famílias estão em famílias acolhedoras, e em países como a Colômbia, esse percentual já atinge 70% das crianças e adolescentes. Em seu relatório de conclusões sobre o Brasil, em 2015, o Comitê dos Direitos da Criança da ONU recomendou a implementação prioritária de programas de acolhimento familiar no país. A campanha 'Fale Por Mim', liderada pela UNICEF, pela não institucionalização dos bebês na América Latina e Caribe, apresenta dados alarmantes sobre os atrasos significativos no desenvolvimento das crianças pequenas quando acolhidas em instituições. Entre eles, o de que a cada ano que um bebê ou criança pequena passa em uma instituição, há um prejuízo proporcional a quatro meses de desenvolvimento saudável.

Em resposta a este cenário e certos da importância de fortalecer o acolhimento familiar na primeira infância, o Instituto Fazendo História (IFH) iniciou, em 2015, a estruturação de um serviço de famílias acolhedoras na cidade de São Paulo. A partir de sua expertise na formação de voluntários na área do acolhimento, e do estudo de referenciais nacionais e internacionais, construiu uma proposta de trabalho e iniciou a implementação do serviço em parceria com a Vara da Infância e Juventude Central de São Paulo. Desde então, o serviço vem se aprimorando, tendo sistematizado sua metodologia de trabalho em uma publicação que serve de inspiração para a implantação de outros serviços no país. Em 2019 o município de São Paulo instituiu o serviço de família acolhedora como política pública, priorizando a primeira infância e em 2020 o serviço de famílias acolhedoras do IFH pôde estabelecer um convênio com a prefeitura, garantindo ao serviço uma sede própria e o incremento de sua equipe técnica para atender com todo o cuidado até 30 crianças e suas famílias.

II – fundamentação legal, teórica, metodológica e técnicas, com as estratégias adotadas no desenvolvimento da prática;

O serviço de acolhimento em famílias acolhedoras (SAF) é uma política pública prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que consta na Tipificação de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), operando a partir da alocação de crianças e adolescentes acolhidos em residência de famílias cadastradas. Embora o acolhimento familiar tenha sua prioridade respaldada por lei e documentos nacionais e internacionais, sua representatividade na política nacional ainda é tímida.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, estabelece que, sempre que possível, crianças separadas de suas famílias biológicas sejam acolhidas em ambientes familiares. O acolhimento familiar é a medida de proteção mais recomendada por proporcionar estabilidade, um cuidado mais individualizado do que o oferecido em instituições, e por garantir o direito à convivência familiar e comunitária. As Diretrizes Internacionais sobre Cuidados Alternativos para Crianças, publicada em 2009 pela Organização das Nações Unidas com intuito

de aprimorar a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança, ofereceu parâmetros para o acolhimento que foram ratificados pelo Brasil.

A primeira infância é o período que compreende do nascimento aos seis primeiros anos de vida de uma criança. Nos últimos anos, esta fase tem ocupado lugar de destaque em diversas áreas do conhecimento e se tornou foco de investimentos de programas e políticas públicas, principalmente pelo entendimento de que as experiências dos primeiros anos influenciam de maneira significativa o desenvolvimento biopsicossocial de cada pessoa nos estágios posteriores da vida. O tempo da primeira infância é fundamental no que diz respeito à maturação cerebral, ao desenvolvimento físico e à constituição psíquica da criança. A ciência¹ tem demonstrado a estreita relação entre o desenvolvimento cerebral e o vínculo estabelecido entre o bebê e seu ambiente (mais especificamente seu cuidador) e, por consequência, a influência dessa relação no desenvolvimento da cognição e do comportamento nos anos que se seguem. Nesse sentido, a maneira como os cuidados são dispensados aos bebês e crianças pequenas merece atenção especial.

É tão fundamental quanto desafiador oferecer aos bebês o seu acolhimento em condições suficientes para seu bom desenvolvimento. Apesar dos importantes avanços no acolhimento institucional no Brasil, há aspectos intrínsecos ao seu formato que ainda interferem negativamente no desenvolvimento da criança pequena. Entre eles, os cuidados que são realizados por adultos que se revezam em plantões e, muitas vezes, não se mantêm no trabalho por longos períodos. Tal configuração impede a continuidade e estabilidade de cuidados e vínculos e pode prejudicar o desenvolvimento emocional das crianças, como constatado desde a década de 50 por autores como Spitz e Bowlby.

Um estudo longitudinal realizado em Instituições de acolhimento na Romênia e liderado pelo médico e professor da Universidade de Harvard, Charles Nelson, acompanhou 136 crianças, inicialmente com idades entre 6 meses e dois anos e meio, até elas completarem doze anos, e detectou impactos severos no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças institucionalizadas. O projeto de Intervenção Precoce de Bucarest (BEIP) representa um estudo

¹ Livro: Princípios de Neurociências de Eric R. Kandel.

pioneiro para avaliar cuidados alternativos aos institucionais, e demonstrou que crianças acolhidas em instituições sofrem com uma série de obstáculos significativos ao seu desenvolvimento. O estudo também acompanhou a transição de crianças de um ambiente institucional ao acolhimento familiar, e constatou uma melhora significativa em seu desenvolvimento. No entanto, o grau de recuperação das crianças está diretamente ligado ao tempo que permaneceram na instituição – geralmente, crianças que saem de uma instituição antes dos dois anos têm resultados melhores do que aquelas que saem após completar dois anos de idade (Nelson, Fox & Zeanah, 2014).

Tendo em vista o exposto acima, o serviço de acolhimento em famílias acolhedoras do IFH trabalha prioritariamente com crianças de zero a seis anos, recebendo casos que não fazem parte de grupos de irmãos com crianças maiores ou adolescentes, de forma a não desmembrar grupos de irmãos, conforme preconiza o ECA.

III – dificuldades encontradas durante a implementação:

Em 2015, frente a um cenário com 170 serviços de acolhimento institucional e apenas um familiar (sem convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), o IFH decidiu encerrar o programa Palavra de Bebê que atuava na qualificação do acolhimento de bebês em acolhimento institucional. Mesmo sabendo que muitas crianças pequenas ainda estão em serviços institucionais e necessitam de cuidados particulares nesse contexto, foi necessário levantar uma nova bandeira contrária à institucionalização da primeira infância, buscando focar esforços no fortalecimento do acolhimento em famílias acolhedoras. A partir de pesquisas e trocas, e com base em experiências já existentes, foi construída a proposta de trabalho. O primeiro grande desafio na implementação foi a conquista da credibilidade, não tanto da equipe, mas principalmente do serviço. Havia muita desconfiança, medo, estigmas e, sobretudo, desconhecimento. Apesar da prática estar estabelecida em lei e ser comum em diversos contextos, como por exemplo em um município vizinho (Campinas), a complexidade do serviço assustava grande parte dos envolvidos, para quem o já conhecido acolhimento institucional representava um porto seguro. O convencimento da rede de que "era possível" foi, portanto, um grande desafio do primeiro ano de projeto, e de certa forma, ainda é, pois o acolhimento em

famílias continua sendo pouco conhecido e difundido, e a resistência ainda se faz sentir em certas dificuldades no trabalho em rede.

As primeiras reuniões foram com a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social e com a Juíza da Vara da Infância e Juventude do Fórum Central, com quem o IFH já dialogava e onde hoje tramitam os processos das crianças acolhidas. Depois, foram realizadas reuniões com o CREAS da Sé e outras organizações do terceiro setor para o alinhamento da proposta e o estabelecimento de parcerias. O passo seguinte foi a organização da estrutura do serviço, dos protocolos de comunicação internos e externos, a construção da metodologia de mobilização, avaliação, qualificação e acompanhamento das famílias acolhedoras, bem como do trabalho psicossocial a ser realizado com a criança e sua família. Com tudo isso organizado, altas expectativas e também receios, o primeiro acolhimento aconteceu em maio de 2016. De lá para cá acumulamos experiência e aprendizado. Em 2019, o município de São Paulo instituiu o serviço de família acolhedora como política pública, tendo priorizado a primeira infância. Desde então, foram firmados convênios com três entidades da sociedade civil, incluindo o IFH, em 2020.

A mobilização de famílias acolhedoras foi um grande desafio nos primeiros anos de projeto, no entanto pouco a pouco a proposta foi ganhando maior alcance, e hoje em dia já não consideramos esta uma dificuldade. Por outro lado, hoje enfrentamos a desafiadora equação de aumentar o número de acolhimentos (inicialmente, trabalhávamos com 10 vagas, e hoje são 30, com uma equipe maior) sem deixar de lado o rigor e a qualidade, fundamentais e característicos do nosso trabalho. Consideramos como uma grande vantagem o fato do IFH contar com uma estrutura humana para, em paralelo ao trabalho do serviço, também realizarmos ações de difusão do conhecimento, de formação e supervisão para outros serviços, bem como de articulação e mobilização para a ampliação desta política. Isto permite que os profissionais envolvidos diretamente no serviço se concentrem no atendimento das crianças e das famílias e na formação de novas famílias acolhedoras.

Em caráter nacional, essa modalidade tem se expandido em ritmo lento. O aumento no número de serviços de famílias acolhedoras exige ações contínuas e mudança cultural no senso comum da sociedade. Uma mudança cultural só se processa pela afirmação de novos valores, no momento em que eles se tornam dominantes e passam a ser apropriados pelo conjunto da sociedade e pelo Estado (Silva, 2004 apud Valente, 2013). Qualquer mudança demanda um período significativo de reflexões, experimentações e convencimentos. Na atual conjuntura do país, existindo poucos serviços dessa natureza, o *status quo* ainda é a regra: 96% das crianças e adolescentes são encaminhadas a serviços de acolhimento institucional. Para enfrentar este desafio, tem sido fundamental a articulação com outras organizações e atores, através da Coalizão pelo Acolhimento Familiar, já mencionado acima.

IV – resultados e benefícios alcançados após a implementação da prática;

O primeiro acolhimento feito pelo serviço ocorreu em março de 2016, e desde então, a equipe se dedica a executar um serviço de alta qualidade e com forte foco no trabalho com a família de origem e o retorno familiar. No último ano (2020), tivemos 85% das famílias de origem acompanhadas pela nossa equipe, inseridas em outros programas assistenciais e portanto assistidas pela rede de serviços para subsidiar o seu fortalecimento. Também no último ano, tal empenho possibilitou um total de 12 casos de retornos à família de origem/extensa, enquanto em 6 casos o desfecho do acolhimento foi a adoção (de um total de 28, em que 10 seguem acolhidos). Qualquer que seja o desfecho, nossa equipe também tem como prioridade o trabalho com história de vida da criança e sua família, bem como o cuidado e a atenção específica para o momento de transição e despedida, acompanhando de perto a criança, a família acolhedora e a família de origem ou adotiva neste processo. Para isso, contamos com algumas metodologias que serão abordadas no item VI - características inovadoras.

Pode-se dizer que, após 5 anos de execução, o serviço conquistou credibilidade de grande parte da rede socioassistencial e dos agentes de Justiça parceiros, o que hoje permite um trabalho mais fluido e articulado. Da mesma forma, a nossa comunidade vem se ampliando e hoje temos um contingente de pessoas interessadas em se tornarem famílias acolhedoras, o que permite um processo de preparação e seleção ainda mais coeso, tendo em vista que certas famílias podem

ficar em período de espera, acompanhando as demais famílias, até que a equipe do serviço esteja segura de sua aptidão para acolher.

No contexto da pandemia, cabe ainda dizer que pudemos adaptar todas nossas ações para as necessidades de isolamento social, realizando presencialmente apenas aquilo que de fato não pudesse ser feito online, inclusive realizamos grupos com as famílias de origem por meio de videoconferência.

O IFH desenvolve, ainda, projetos de sistematização e disseminação da sua metodologia de trabalho, oferecendo apoio para que outras instituições desempenhem este serviço com o rigor e a qualidade necessários, através de encontros formativos ou da supervisão de equipes. Nestes 5 anos de atuação, pudemos elaborar, publicar e distribuir um kit de multiplicação sobre o serviço, voltado para disseminar o trabalho e apoiar a construção e qualificação de outros serviços de acolhimento familiar do país. O kit contém: um livro "Famílias Acolhedoras - acolhendo a primeira infância", fichas com situações para pensar, para formação da equipe e uso nos processos de formação de famílias acolhedoras, e outras 3 publicações de referência relacionadas ao acolhimento de crianças e adolescentes. Apenas em 2020, realizamos 42 seminários sobre acolhimento familiar para profissionais da rede socioassistencial e do Sistema de Justiça, distribuimos 250 kits e 1000 livros "Famílias Acolhedoras - acolhendo a primeira infância". Ainda, nossa equipe já ofereceu supervisão para 8 equipes de outros serviços de acolhimento familiar (atualmente estamos acompanhando 6 serviços, no Estado de São Paulo, em Fortaleza e Salvador)

V – custos e recursos utilizados na implementação da prática;

- Recursos humanos (equipe de trabalho):
R\$291.446,90/ano (R\$24.287,20/mês)
- Encargos:
R\$ 173.323,40/ano (R\$14.443,60/mês)
- Outros (bens de consumo, transporte, aluguel, IPTU e outros):

R\$ 486.196,70 / ano (R\$ 44.199,70/mês)

- Total:

R\$ 950.967,00 / ano (R\$79.247,30/mês)

VI – características inovadoras (diferenciais) da prática;

O serviço de famílias acolhedoras do IFH tem como diferencial sua excelência metodológica e a possibilidade de replicação desta por meio de sua sistematização em materiais formativos. O IFH tem longo histórico nestas duas áreas, com 15 anos de atuação na formação de profissionais de serviços de acolhimento e na gestão de voluntários em seus diversos programas no contexto do acolhimento institucional. O IFH acumula vinte publicações acerca de sua prática, além de extenso acervo de materiais formativos como vídeo aulas, gravação de oficinas, kits de multiplicação entre outros - todos disponibilizados em seu site ou distribuídos gratuitamente através de projetos financiados. Conforme já citado, o IFH construiu um Kit de Multiplicação voltado para equipes que desejam implementar o programa, no qual todas as metodologias descritas abaixo encontram-se detalhada para replicação.

Trabalhar com histórias de vida no contexto do acolhimento é necessário para garantir o desenvolvimento integral das crianças, além de ser um direito garantido por lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 100, estabelece o princípio da obrigatoriedade da informação e participação, esclarecendo que a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento, devem conhecer o motivo do acolhimento e como essa medida de proteção funciona no seu caso específico. Além disso, esse mesmo artigo pontua que eles têm direito a opinar e participar das decisões tomadas pela autoridade judiciária. No entanto, conversar a respeito da história não é tarefa simples, exige reflexão em equipe, espaços para discussão de caso e alinhamento entre todos os adultos envolvidos com a criança. Equipe do judiciário, técnicos do serviço de acolhimento e família acolhedora devem definir maneiras respeitadas e acolhedoras para conversar com as crianças sobre o motivo do acolhimento e a situação familiar. O Fazendo Minha História, um dos programa do IFH, oferece metodologia específica para este fim e foi adaptado para o contexto do Famílias Acolhedoras, sendo oferecido a 100% dos bebês e crianças acolhidos em nosso serviço. Assim, cada criança tem para si um álbum que registra sua

história de vida de maneira afetiva e levando em conta sua singularidade. O álbum, construído pela família acolhedora em parceria com a equipe técnica do serviço e com a participação do bebê ou criança conforme sua possibilidade, reúne fotos e relatos sobre o período de acolhimento, membros da família acolhedora, história familiar e as circunstâncias que motivaram o acolhimento, visitas familiares. É importante dizer que esse álbum pertence à criança, e a acompanha para onde ela for após a saída do acolhimento.

Além do álbum, o serviço também lança mão de outra estratégia para auxiliar no trabalho com as histórias de vida dos acolhidos, chamada "Histórias que Curam". Para contribuir com o processo de elaboração das suas vivências, elaboramos um livro infantil (literário, diferente do álbum, que é de registros sobre sua história factual) para cada criança acolhida. Psicólogos e psicanalistas (D.W. Winnicott, Gilberto Safra, Renate Meyer Sanchez) que trabalharam ou trabalham com crianças pequenas perceberam que histórias de faz de conta auxiliam muito para que as crianças compreendam as informações que compõem a sua história de vida e a complexidade dos sentimentos que a acompanham. Histórias tratam de maneira indireta e não literal aquilo que é vivido e, através delas, a criança pode se sentir mais compreendida e/ou menos confusa com relação ao que aconteceu e ao que sente. As metodologias criadas por Gilberto Safra e Renate Meyer Sanches oferecem parâmetros para ajudar uma criança a lidar com conflitos, angústias e sofrimento através de uma história criada pelo adulto que dela cuida. A narrativa é construída com personagens que a criança gosta (animais, carros, etc.) e o enredo costuma conter os elementos principais da situação desafiadora que ela vive, permitindo que se identifique, se reconheça e elabore seus sentimentos. O percurso da trama deve conter os conflitos e maneiras de solucioná-los. Através do recurso lúdico e da fantasia podemos dar nome (palavras) àquilo que a criança viveu e sentiu, dentro de um contexto seguro, não invasivo.

Com esta mesma premissa, a equipe do serviço escreveu e publicou recentemente o livro "Um bebê na minha casa", que pode ser utilizado em diversas situações para sensibilizar e comunicar para o público geral, bem como para famílias voluntárias e as crianças acolhidas, sobre o que é e o que envolve o serviço de acolhimento em famílias acolhedoras. O livro narra, na voz de uma criança que faz parte de uma família acolhedora, a sua relação com Ana, uma bebê acolhida nesta família.

VII – características que demonstram facilidade de replicação da prática;

O serviço em famílias acolhedoras não demanda infraestrutura relevante do ponto de vista físico ou material, a necessidade é basicamente de recursos humanos e de conhecimento técnico. Por ser uma política pública, existem orientações nacionais orientadores para organizações e municípios sobre como deve ser um serviço de acolhimento familiar, bem como diretrizes internacionais das Nações Unidas sobre as modalidades alternativas de cuidado das crianças (2009). No entanto, ainda há dificuldades significativas para a implementação desta política, sendo uma delas a falta de conhecimento e metodologias detalhadas de como fazê-lo. Nos últimos 5 anos, o IFH trabalhou intensamente para preencher parte desta lacuna, sistematizando sua metodologia de trabalho, organizando ciclos formativos a respeito desta, oferecendo supervisão a serviços no desenvolvimento do serviço e disponibilizando gratuitamente diversos materiais sobre o tema.

VIII – tempo de implementação;

A implementação do projeto ocorre dentro de um prazo estimado entre 4 e 6 meses, tempo necessário para estabelecer contratos e parcerias, montar a equipe e organizar os fluxos de trabalho com a rede, processos e práticas metodológicas, para que então se dê início à mobilização da comunidade e à formação de famílias acolhedoras.

IX – conclusão

Concluimos que o serviço Famílias Acolhedoras, na forma como acontece no IFH, cumpre os critérios estabelecidos para o Prêmio Prioridade Absoluta com excelência, por tratar-se de estratégia de proteção a crianças e adolescentes que tem sua prioridade estabelecida por lei, no entanto pouca representatividade na prática, e por ser este uma referência de execução de tal serviço, com metodologia sistematizada e multiplicável por outros atores, podendo atingir maior número de crianças e adolescentes por meio de sua visibilidade e reconhecimento pelo CNJ.